

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ**

**CAMILLA CASOTTI POISK**

**O IMAGINÁRIO DA EDUCAÇÃO NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

**CASCADEL, PR  
2020**



**CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ**

**CAMILLA CASOTTI POISK**

## **O IMAGINÁRIO DA EDUCAÇÃO NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia,  
do Centro Universitário Assis Gurgacz.

**Prof. Orientador: José Vinícius Gouveia  
Torrentes.**

**CASCADEL, PR  
2020**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ**

**CAMILLA CASOTTI POISK**

**O IMAGINÁRIO DA EDUCAÇÃO NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Pedagogia, do Centro Universitário Assis Gurgacz, exigido como requisito parcial para obtenção do título de Pedagoga, sob orientação do Prof. Me. José Vinícius Gouveia Torrentes, tendo sido \_\_\_\_\_ com a nota \_\_\_\_\_, na data de 19/11/2020.

**BANCA EXAMINADORA**

---

José Vinícius Gouveia Torrentes  
Centro Universitário Assis Gurgacz  
Mestre

---

Marilene Lemes Marques Salvati  
Centro Universitário Assis Gurgacz

---

Silvana Rodrigues Krefta  
Centro Universitário Assis Gurgacz

Cascavel/PR, 19 de novembro de 2020.

## O IMAGINÁRIO DA EDUCAÇÃO NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

POISK, Camilla Casotti<sup>1</sup>  
TORRENTES, José Vinícius Gouveia<sup>2</sup>

### RESUMO

Considerando que os problemas políticos e educacionais existentes na atualidade são em parte, heranças deixadas pelo processo educacional alienante instaurado na Ditadura Militar do Brasil (1964-1985), a presente pesquisa, mediante uma contextualização desse momento histórico, focaliza o estudo nas disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), apresentando os discursos ideológicos presentes em seus livros didáticos e uma análise crítica de toda esta conjuntura. A partir disso, é possível compreender como a Educação, por meio do uso tático da EMC e da OSPB, propiciou um suporte substancial no processo de legitimação e aceitação social do regime político vigente, se transformando em uma indispensável ferramenta de dominação social na tentativa constante de combater os ideais comunistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alienação. Controle. Civismo.

<sup>1</sup>Acadêmica do 8º período do curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz - FAG. E-mail: [camillacasottipoisk@gmail.com](mailto:camillacasottipoisk@gmail.com).

<sup>2</sup>Professor orientador do curso de Pedagogia do Centro Universitário Assis Gurgacz - FAG. E-mail: [jtorrentes@gmail.com](mailto:jtorrentes@gmail.com).

## 1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa contempla um recorte dos estudos provenientes das atividades orientadas e realizadas durante o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC 2017-2018), desenvolvido no Centro Universitário Assis Gurgacz – FAG, considerando que a retomada e o aprofundamento dessas reflexões se fazem necessárias em face do preocupante cenário político e educacional atual, uma vez que os problemas existentes são em parte, heranças deixadas pelo regime militar na formação do pensamento coletivo do país.

Declara-se, então, que a pesquisa possuiu caráter bibliográfico e qualitativo, tendo em vista que conforme Gil (2008), foi desenvolvida mediante a realização de uma revisão de materiais já elaborados, disponíveis eletronicamente e em bibliotecas, como artigos científicos, livros e revistas de autores contemporâneos, abarcando a descrição dos dados obtidos, a qual possibilitou a investigação e a apresentação de questões implícitas e subjetivas relacionadas à temática.

No que concerne aos objetivos, estes se constituíram em identificar e analisar criticamente os discursos ideológicos presentes nos livros didáticos “Compêndio de Instrução Moral e Cívica” de Plínio Salgado (1968), e “Organização Social e Política Brasileira” de Delgado de Carvalho (1970), que foram amplamente utilizados nas escolas brasileiras durante o regime militar, a fim do reconhecimento da intencionalidade das disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), bem como dos seus impactos no desenvolvimento global do cidadão.

Para o alcance de tais fins, é necessário compreender, em primeiro lugar, o contexto da Ditadura Militar, que perdurou de 1964 a 1985 e foi instituída por meio de um golpe de Estado. Em função disso, os opressores precisaram desenvolver artifícios para legitimar suas ações e permanecerem no poder, em prol do “desenvolvimento e segurança” do país. Por conseguinte, esse período histórico foi caracterizado por um cenário político determinado por uma cultura opressiva, na qual o poder e a aprovação social eram obtidos através do uso exacerbado de mecanismos autoritários presentes em todas as esferas da vida (NUNES e REZENDE, 2008; MARTINS, 2014; PAVIANI, 2014).

Neste contexto, Rezende (2013) identificou a presença de dois desafios no processo de consolidação da Ditadura Militar. Um dizia respeito à formação de recursos que confirmassem a validade do movimento, enquanto o segundo desafio se referia aos esforços do governo em dar seguimento, ao longo dos anos, à construção da legitimidade. Assim, 17 atos institucionais foram decretados e diversos recursos governamentais foram dispostos. Contudo, a área

educacional merece um destaque especial, visto que ela foi, diretamente, remodelada e manuseada como instrumento de controle e convencimento social (ZEN, 2008; FERNANDES, 2009; PRIORI et al., 2012).

Paulino e Pereira (2006) seguem complementando que, a partir de 1964, a prática escolar foi severamente controlada pelos militares, que justificaram essa ação e todas as posteriores transformações no âmbito educacional, com discursos que prestigiavam a educação como um caminho eficaz na construção de uma nação com riquezas e força. Logo, a educação passou a ser concebida de forma diferente, com ênfase no tecnicismo, e em consequência, o papel do aluno se reduziu à ação de estudar o que lhe era repassado, eliminando toda a criticidade presente no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que a formação crítica acarretaria revoltas e reivindicações à gestão militar (MIGUEL, CAMPOS e PAULA, 2013).

Por esses motivos, em conformidade com Zen (2008), foi introduzida, como substituição das disciplinas de História e Geografia, a disciplina de Estudos Sociais. Somando-se a isso, o governo, para seu favorecimento, explorou o uso das disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e de Organização Social e Política Brasileira (OSPB), responsabilizando-as pela tarefa de garantir uma politização apropriada e conveniente para o regime político em vigor.

Desse modo, é importante destacar que a criação da Organização Social e Política Brasileira pelo Conselho Federal de Educação – CFE, em 1962, ocorreu com a explicação de que não existia outra disciplina semelhante na época, e em razão disso, ela se fazia necessária para reforçar a formação cívica dos estudantes (ABREU, 2008).

Por outro lado, segundo Filgueiras e Munakata (2013), a Educação Moral e Cívica, já esteve presente em períodos anteriores, desde o final do Império e início da República do Brasil, passando por várias reorganizações curriculares, e sendo estrategicamente utilizada, em conjunto com a OSPB, na Ditadura Militar.

De acordo com Onghero (2012), é pertinente distinguir que a EMC como prática educativa era responsável pelas festividades cívicas, como por exemplo o desfile de Sete de Setembro, nas quais a escola e a comunidade participavam. Assim, expressava-se o papel da instituição escolar na construção do civismo. No entanto, conforme Abreu (2008) destaca, é indispensável o conhecimento de que as comemorações das datas cívicas não aconteciam carregadas de incentivo à visão crítica sobre os fatos históricos relativos a cada um dos dias.

Ao passo que a EMC enquanto disciplina, em concordância com Onghero (2012), da mesma maneira que a OSPB, era encarregada do estudo acerca do sistema político brasileiro, da simbologia nacional, dos valores familiares e cristãos, e da história de pessoas apreciadas

como heróis nacionais que deveriam servir de exemplo aos educandos, entre outros conteúdos presentes nos livros didáticos.

Sendo assim, é este o enfoque específico da presente pesquisa: compreender como os livros didáticos de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira forneceram suporte para o governo militar transformar a Educação em um dos principais instrumentos de controle social.

## 2 DESENVOLVIMENTO

A princípio, é indispensável um estudo acerca da legislação que permitiu a inserção das disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira em todas as escolas do país. Sendo assim, cabe destacar que, primeiramente, Castelo Branco, por meio da elaboração do Decreto nº 58.023, de 21 de março de 1966, promulgou a obrigatoriedade da formação cívica, como prática educativa, em todas as escolas brasileiras, sendo que esta deveria se fazer presente em todos os graus de ensino com dedicação especial dos professores. Salienta-se aqui, o art. 2º do referido decreto, o qual descreveu a finalidade da educação cívica:

A educação cívica visa a formar nos educandos e no povo em geral o sentimento de apreço à Pátria, de respeito às instituições, de fortalecimento da família, de obediência à Lei, de fidelidade no trabalho e de integração na comunidade, de tal forma que todos se tornem, em clima de liberdade e responsabilidade, de cooperação e solidariedade humanas, cidadãos sinceros, convictos e fiéis no cumprimento de seus deveres (BRASIL, 1966).

Então, três anos depois, o Brasil passava pelo mais sombrio e cruel período da Ditadura Militar, no qual, inclusive, o AI-5 (Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968) já estava em vigor; e nesse cenário, o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, foi estabelecido (FERNANDES, 2009).

A partir deste documento, a Educação Moral e Cívica, como disciplina e prática educativa, passou a possuir caráter obrigatório nas escolas brasileiras, devendo ser lecionada em todos os graus e modalidades. Ademais, o § 1º do Art. 3º do mesmo decreto, proclamou que o curso curricular de “Organização Social e Política Brasileira” deveria ser ministrado para o grau médio, em conjunto com a Educação Moral e Cívica.

Mais adiante, constata-se que a obrigatoriedade da inclusão da Educação Moral e Cívica no currículo escolar foi reafirmada no art. 7º da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, tendo

em vista que tal lei foi responsável pelo estabelecimento das diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus (FILGUEIRAS, 2006).

Desse modo, segundo Martins (2014) e levando em consideração os documentos aqui apresentados, os Pareceres do Conselho Federal de Educação nº 853/71, e o Parecer 94/71 que diz respeito aos “Currículos e Programas de Educação Moral e Cívica”, é possível observar nitidamente a concepção da EMC, primeiramente, como prática educativa, e mais tarde como disciplina escolar, notando também a implantação da OSPB como disciplina obrigatória e, por conseguinte, a reformulação do currículo escolar e das finalidades do sistema educacional do país.

Indubitavelmente, apenas procedimentos legais seriam insuficientes para uma prática eficaz, ou seja, que trouxesse os resultados desejados pelo governo. Com isso, identificou-se a necessidade de refletir, de imediato, a respeito da produção e publicação de livros didáticos de EMC e OSPB, que além de englobar os objetivos contidos nos documentos promulgados no regime militar e servir de apoio para as atividades dos docentes, foram adotados, sobretudo, como a principal tática de viabilização da propagação dos saberes, validando a obrigatoriedade das duas disciplinas (SANTOS, 2015).

Corroborando a ideia, Filgueiras e Munakata (2013) evidenciam que o livro didático, compondo o material pedagógico, é um objeto da cultura e da educação, bem como uma mercadoria, e dessa maneira apresenta singularidades que não são verificadas em outros tipos de livros veiculados. Assim, é relevante expressar que os livros didáticos são próprios do universo escolar e ao estabelecerem e distribuírem o conhecimento são responsáveis pela transmissão do saber avaliado como essencial para o seguimento da sociedade.

Logo, Filgueiras (2011) julga essencial examiná-los levando em consideração o contexto de suas produções, uma vez que, os livros didáticos conceituados, usualmente, como um dos principais meios de disseminação dos programas curriculares, devem também ser reconhecidos como potenciais ferramentas de difusão cultural.

Tendo isso em vista, Marcelino (2009) salienta que os livros didáticos durante a Ditadura Militar precisavam, primordialmente, passar por uma avaliação e possuir uma autorização do governo para que pudessem circular. Consequentemente, os professores também não possuíam autonomia em relação à qual material adotar, e assim, eram obrigados a se sujeitarem apenas às temáticas presentes nos livros, anulando qualquer estimulação ao pensamento crítico.

No que diz respeito, especificamente, aos livros didáticos de Educação Moral e Cívica, Paviani (2014) evidencia que os referidos materiais foram elaborados com a finalidade de

doutrinação dos alunos, de acordo com os interesses do governo, e para isto, determinou-se necessária à formação de um sentimento nacional em cada um dos educandos, por intermédio do enaltecimento da pátria e valorização do seu amor por ela.

Isto pode ser observado no livro de Educação Moral e Cívica, de Salgado (1968), analisado na presente pesquisa, nos seguintes trechos: “Sempre, em qualquer circunstância, o profissional deve ter em vista servir a Deus, à Pátria e ao Próximo, com exatidão e desvelo” (p. 40); “É com esse espírito que poderemos dizer: *à Pátria tudo se dá, a ela nada se pede, nem mesmo a compreensão*, ou repetir a frase de Kennedy: ‘não perguntes o que teu País pode fazer por ti, mas sim o que podes fazer pelo teu País’” (p. 116). Por consequência, a felicidade seria alcançada quando: “Esse homem feliz [...] será temente a Deus, amará sua Pátria, cultuará as virtudes familiares, servirá o seu povo, defenderá os direitos humanos e será consciente de seus deveres” (SALGADO, 1968, p. 12).

Ainda, cabe declarar, conforme Paviani (2014), que o civismo era fortemente incentivado com métodos que propiciavam a capacidade de fixação, como o culto aos heróis nacionais, a reprodução repetitiva de cantos e hinos, além da grande utilização de pinturas. Em relação a isto, o livro de EMC, que aqui está sendo ponderado, afirma: “o culto dos heróis engrandece a Pátria, e estimula seus filhos para que também se engrandeçam, imitando aqueles que foram grandes pelos seus feitos” (SALVADO, 1968, p. 86). Ele também abrange 12 páginas integrais com cantos e hinos, da mesma forma que, os símbolos brasileiros possuem capítulos com relevância especial.

Outro ponto que deve receber atenção e que pode ser analisado como um dos mais significativos, é o fato de que, contraditoriamente, a democracia era um tema de destaque nos livros de Educação Moral e Cívica, e dessa forma, nenhum deles admitia que o país estava passando por uma Ditadura Militar, declarando firmemente que o Brasil vivenciava uma impecável e harmoniosa democracia (FERNANDES, 2009). Isso é explícito na afirmação: “o cidadão é absolutamente livre” (SALGADO, 1968, p. 113), e no seguinte trecho:

Além da fé religiosa, Portugal soube inculcar, na futura Nação independente, uma consciência jurídica e um sentido político de ordem, que não somente nos tem preservado de desordens internas e deturpações da verdadeira democracia, mas também nos valeram, em nossas manifestações nas assembleias internacionais (SALGADO, 1968, p. 70).

É nítido, também, no seguinte fragmento:

Preservar o Brasil das ditaduras, do totalitarismo esmagador das liberdades e da gradativa estatização econômica e cultural, que conduz inevitavelmente à opressão e eclipse total dos Direitos Humanos, é nosso dever, como impositivo da nossa racionalidade e da nossa dignidade (SALGADO, 1968, p. 111).

Essa falsa ideia de democracia era usada, em conformidade com Paviani (2014), para fundamentar as ações governamentais em todas as esferas do país (econômica, política, educacional), devido à necessidade de legalizá-las para a conservação da ordem.

Em relação ao propósito de se preservar a ordem no Brasil, destacam-se os fragmentos da EMC: “em qualquer condição de fortuna ou de trabalho, o homem será feliz, se criar dentro de si a paz de consciência. A paz de consciência será conseguida pelo cumprimento dos deveres a que o homem se obriga pela sua racionalidade e seu destino”. [...] “todas as crises pelas quais atravessa uma Nação têm por origem a irresponsabilidade profissional, a falta do cumprimento de deveres que a todos e a cada um competem o exercício do seu trabalho” (SALGADO, 1968, p. 09; 41).

A partir disso, e em consonância com Marcelino (2009), percebe-se a importância de outro assunto reforçado continuamente nos livros didáticos de EMC: o cumprimento de deveres cívicos e familiares, bem como a obediência às leis. A compreensão dessa temática era imprescindível, pois se transmitia a ideia de que a liberdade, supostamente proporcionada pela “sociedade democrática”, só podia ser garantida a partir do acatamento das obrigações de um cidadão (FILGUEIRAS, 2006).

Desse modo, Onghero (2007, p. 102) enfatiza que se torna visível a concepção de liberdade no regime militar: “uma liberdade para aceitar a dependência e voluntariamente se submeter a ela”, e assim sendo, essa noção, claramente, se fazia compatível com o autoritarismo do governo.

Além disso, é marcante a presença do discurso religioso católico nos livros didáticos da Educação Moral e Cívica, os quais mencionavam as outras religiões e ensinavam que elas deveriam ser respeitadas, contudo, simultaneamente, definiam o cristianismo como a religião verdadeira (FERNANDES, 2009).

Com essa postura, de acordo com Onghero (2007), as ideias cristãs adquiriam caráter universal ao serem apresentadas, e a religião era considerada a base para a moral, a liberdade, a responsabilidade, e, por conseguinte, permeava todos os assuntos trabalhados na disciplina, visto que a EMC deveria ser orientada mediante a assimilação de uma Religião Natural.

Por essa razão, o Cristianismo está presente em todos os capítulos do livro analisado, e como exemplo, é interessante exibir o discurso: “Em qualquer parte, procede com caridade

cristã e lembra-te sempre de que a civilidade é a arte de se conter e até se contrariar para agradar aos outros” (SALGADO, 1968, p. 47).

Diante do exposto, se torna notável, conforme Onghero (2012), que por meio do livro didático da EMC, o governo almejava a formação do indivíduo como um “bom aluno”, para que, no futuro, o mesmo se tornasse um “bom cidadão”, o qual é vigorosamente caracterizado na frase do livro de EMC: “Um bom cidadão respeita as leis do seu país, acata as autoridades, cumpre os deveres cívicos que lhe são impostos e se esforça pelo progresso e engrandecimento da Nação” (SALGADO, 1968, p. 112).

Como consequência, o sujeito estaria colaborando com a ordem e segurança, enriquecendo a nação (FILGUEIRAS, 2006). E assim, se torna simples concluir que o objetivo central da EMC, conforme Filgueiras (2006) e Paviani (2014) era a influência direta no desenvolvimento do caráter de uma geração, visando o patriotismo juntamente com a consolidação de valores morais e espirituais referentes à nacionalidade, em uma tentativa constante de combater os ideais comunistas.

Agora, no que concerne, especialmente, aos livros didáticos de Organização Social e Política Brasileira (OSPB), em conformidade com Martins (2014), estes eram caracterizados por uma essência demasiadamente descritiva baseada na racionalidade, favorecendo o processo de legitimação do regime vigente. Soma-se a isso, de acordo com Perucchi (2009), um perfil de explicações guiadas com muita simplicidade, e ao mesmo tempo, com jogos de palavras.

Mediante a utilização dessas estratégias, assim como ocorreu com a Educação Moral e Cívica, Fernandes (2009) evidencia que os livros didáticos da Organização Social e Política Brasileira também disseminavam a clara concepção de que o Brasil se encontrava em uma perfeita democracia. E isto é logo constatado no prefácio do livro didático de OSPB, de Carvalho (1970), o qual está sendo examinado na presente pesquisa, no seguinte trecho:

Tem, portanto, esta disciplina como finalidade, contribuir para a formação cívica do jovem brasileiro promovendo sua inscrição na vida política e social do País mediante um conhecimento adequado de nossas instituições, de nossa estrutura governamental, dos processos políticos e administrativos que asseguram o pleno funcionamento de um regime democrático (CARVALHO, 1970, p. 11).

O inautêntico pressuposto de democracia se mantém presente ao longo de todo o referido material didático, de modo que, de acordo com Martins (2014), o estudo sobre as instituições, princípios administrativos e estruturais do regime político era concebido como

fundamento para um conhecimento distorcido sobre os direitos e deveres de todos os cidadãos brasileiros, objetivando a instauração da obediência.

Este ponto também é nítido no livro de OSPB analisado, uma vez que se transmitia a informação de que todas as leis instituídas estariam respaldadas pela igualdade de tratamento, como é apresentado a seguir:

O preceito geral é o da igualdade de tratamento perante a lei que existe numa democracia em que não há privilégios de nascimento, de nobreza, de fortuna ou de condição, mas apenas desigualdade na escala dos valores e das capacidades. A lei respeita os direitos adquiridos (CARVALHO, 1970, p. 210).

Na sequência, o referido material didático, de Carvalho (1970, p. 210), declara que os quatro direitos essenciais do homem, sendo eles “à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade”, eram garantidos e plenamente respeitados. Cada direito é, então, descrito, detalhadamente.

Aqui, é interessante explicar acerca do direito à liberdade, que de forma incoerente, é o mais minuciosamente explicado. Desse modo, a partir da afirmação de que “há quatro modalidades de liberdade: a de pensar, a de falar, a de escrever e a de agir” (CARVALHO, 1970, p. 210), o livro didático de OSPB enfatiza que nenhuma forma de liberdade era limitada ou censurada, incluindo a liberdade de imprensa, que de acordo com o livro, possuía um terreno ainda mais amplo.

Já o trabalho, nos livros didáticos de OSPB, era fundamental e natural no processo de enobrecimento do espírito, visto que era por meio dele que se atingiria a paz e se conquistaria riquezas, contribuindo, conseqüentemente, com o progresso da Pátria. E o conceito de Estado, por sua vez, dizia respeito ao órgão público que possui o propósito de, democraticamente, satisfazer todas as necessidades da sociedade (PERUCCHI, 2009).

Propagava-se, desse modo, em conformidade com Perucchi (2009, p. 73), a ideia de que a sociedade era harmônica e digna, entendida como “sendo estabelecida com uma certa ordem de organização, com suas instituições e normas que precisam ser cumpridas para que os homens não sofram com as coerções sociais”, já que as perturbações não poderiam ocorrer para que a sociedade não adoecesse. Portanto, todos os condicionamentos sociais e históricos eram ignorados.

Diante dos fragmentos retirados do livro de OSPB de Carvalho (1970) e de acordo com a fala de Martins (2014), é possível analisar a disciplina de OSPB como sendo muito mais racional e técnica que a Educação Moral e Cívica, e apesar de seus conteúdos se confundirem,

essa particularidade da Organização Social e Política Brasileira foi bastante útil no contexto de repressão da Ditadura Militar.

Por fim, é importante destacar que a OSPB concretizou a tarefa de deturpar os conceitos e elementos da realidade necessários para a compreensão adequada do cenário brasileiro, através da implantação de um processo de ensino-aprendizagem conduzido pelo civismo e pela ausência de qualquer encorajamento ao desenvolvimento do senso crítico dos alunos (PERUCCHI, 2009; MARTINS, 2014).

Logo, salienta-se que por meio dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, os juízos e ambições da classe dominante foram disseminados e naturalizados, no interior das escolas, como se fossem a única forma certa e verdadeira de se entender o mundo. Dessa maneira, com o forte incentivo ao civismo e a deturpação de diversos conceitos – principalmente os referentes à democracia e liberdade – estes materiais visaram garantir uma politização apropriada e conveniente para o regime político em vigor.

Dessa maneira, a pesquisa constatou que, com a finalidade de extinguir, cotidianamente através do contexto educacional, qualquer progresso do comunismo e consolidar a Ditadura Militar, a trajetória escolar apontava para uma única direção: a formação de indivíduos que servissem ao governo e ao país, de modo alienado. E sendo assim, a Educação, por intermédio das disciplinas e dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), influenciou diretamente o desenvolvimento global, e não apenas escolar, dos estudantes.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em face ao exposto, é possível compreender que, em suma, os livros didáticos de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política Brasileira foram utilizados, de forma estratégica, em benefício à Ditadura Militar no Brasil, uma vez que, fundamentando-se em discursos ideológicos, englobavam, em seus conteúdos, todos os aspectos da vida em sociedade, considerando que, cada capítulo visava a influência no que corresponde à formação de valores e estabelecimento de repertórios comportamentais favoráveis às questões políticas e econômicas do país.

Sendo assim, comprova-se, de forma clara, que o modelo educacional implantado no Golpe de 64, englobando o tático uso da Educação Moral e Cívica (EMC) e da Organização Social e Política Brasileira (OSPB), assegurou a afirmação de que “o governo militar sobreviveu por 20 anos, numa ditadura escancarada, com uma democracia estrategicamente disfarçada” (MARCELINO, 2009, p. 40).

Desse modo, é notória que a pesquisa realizada possui grande relevância social, uma vez que, analisar e discutir sobre aspectos da Ditadura Militar é evitar o esquecimento de um período repressor, no qual a violência e a coerção eram legitimadas pelo Estado brasileiro, com uso de diversos artifícios, inclusive educacionais.

Por fim, destaca-se que o estudo e o interesse pela política do Brasil, sob um viés crítico e questionador, deveriam ser mais encorajados e presentes nos contextos escolares atuais. Para tanto, deve-se resgatar o reconhecimento de que a prática educativa também é uma prática política, e como tal deve visar, sobretudo, a socialização democrática, que há anos, vem sendo renunciada.

As escolas precisam aprofundar as suas reflexões sobre as funções da Educação e necessitam, imprescindivelmente, viabilizar espaços de reflexão e de fala sobre questões sociais, ambientais, culturais e políticas, por meio das quais sejam construídos diálogos e debates respeitosos, embasados por valores éticos, democráticos e justos, a fim da construção do senso de responsabilidade coletiva e social, que atualmente, é tão escasso.

A partir disso, as instituições escolares deveriam se distanciar e refutar práticas alienantes focalizadas no elitismo e na competitividade que perpetuam preconceitos e desigualdades existentes na sociedade, de modo que o processo de ensino-aprendizagem ambicione a emancipação do sujeito e a transformação social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, V. K. de. **A Educação Moral e Cívica: disciplina escolar e doutrina disciplinar** – Minas Gerais (1969-1993). 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 58.023, de 21 de março de 1966**. Dispõe sobre a educação cívica em todo o país e dá outras providências. In: Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 mar. 1966. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58023-21-marco-1966-398553-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 02 set. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969.** Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. In: Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 set. 1969. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em: 02 set. 2017.

CARVALHO, Delgado de. **Organização Social e Política Brasileira.** 5.ed. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1970.

FERNANDES, P. **Educação Moral e Cívica:** a prática e a teoria anticomunista que justificou o regime militar (1964-1985) nas escolas de Criciúma. 2009. Monografia (Especialização em História) – Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu”, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2009.

FILGUEIRAS, J. M. **A Educação Moral e Cívica e sua produção didática:** 1969-1993. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. O livro didático de Educação Moral e Cívica na Ditadura de 1964: a construção de uma disciplina. In: **Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, 2011.

FILGUEIRAS, J. M.; MUNAKATA, K. O livro didático de Educação Moral e Cívica de 1º grau na Ditadura Militar de 1964. In: **Fóruns Contemporâneos de Ensino de História no Brasil on-line**, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCELINO, M. A. **A Ditadura Militar:** e os livros didáticos de História. 2009. Monografia (Especialização em História). Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2009.

MARTINS, M. do C. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na Ditadura Militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 51, p. 37-50. Jan/Mar, 2014.

MIGUEL, G. R.; CAMPOS, F.; PAULA, M. T. D. de. A disciplina Educação Moral e Cívica nas escolas brasileiras. In: **Anais do XVII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e III Encontro de Iniciação à Docência**, 2013, São José dos Campos. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2013.

NUNES, N.; REZENDE, M. J. de. O ensino da Educação Moral e Cívica durante a Ditadura Militar. In: **III Simpósio Lutas Sociais na América Latina**, 2008.

ONGHERO, A. L. **Moral e civismo nos currículos das escolas do oeste catarinense: memórias de professores**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

\_\_\_\_\_. Educação Moral e Cívica: disciplina e prática escolar nas memórias de professores do oeste catarinense (1969-1993). **Revista Unoesc & Ciência – ACHS**, Joaçaba, vol. 3, n. 2, p. 131-140. Jun/Dez, 2012.

PAULINO, A. F. B; PEREIRA, W. A Educação no Estado Militar (1964-1985). In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, 2006, Uberlândia. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

PAVIANI, B. Educação Moral e Cívica: uma tentativa do regime militar de legitimar o poder (1969 – 1971). In: **Anais do XIV Encontro Regional de História**, 2014, Campo Mourão. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2014.

PERUCCHI, L. **Saberes Sociológicos nas escolas de nível médio sob a Ditadura Militar: os livros didáticos de OSPB**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PRIORI, A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V. K. **A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais**. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em SciELO Books: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-15.pdf>> Acesso em: 10 set. 2017.

REZENDE, M. J. de. **A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984**. Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: <[http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestao\\_leitura/ditadura.pdf](http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestao_leitura/ditadura.pdf)> Acesso em: 09 set. 2017.

SALGADO, P. **Compêndio de Instrução Moral e Cívica**. 4.ed. São Paulo: FTD, 1968.

SANTOS, M. R. dos. **Signos de um ideal: livros escolares de Educação Moral e Cívica em Florianópolis na década de 1970**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ZEN, L. F. G. **Estado e democracia a partir dos livros didáticos de Educação Moral e Cívica e OSPB na década de 1970**. 2008. Monografia de Conclusão de Curso – Programa de Pós-graduação em História da Educação Brasileira, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2008.